

PSDB vai lançar candidatura Covas à revelia do Planalto

Christiane Samarco
de Brasília

O lançamento informal da candidatura do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), à sucessão do presidente Fernando Henrique Cardoso irritou e colocou o Palácio do Planalto na defensiva. Para evitar um choque entre os partidos, o governo recomendou à executiva do PSDB que não repita o feito na convenção nacional do próximo sábado. Os tucanos desistiram de apontar o governador paulista Mário Covas candidato a presidente, em 2002, mas a compreensão dos dirigentes nacionais será de pouca serventia. O partido teima em se posicionar na corrida presidencial.

“Pode Jesus Cristo pedir o contrário, mas a candidatura Covas vai acabar saindo nessa convenção. Eu mesmo vou lançá-lo, no discurso que farei analisando a conjuntura do País”, antecipa o governador tucano do Mato Grosso, Dante de Oliveira. O governador explica que não se trata de pôr a campanha nas ruas, não só porque é cedo, como também para não esvaziar o governo Fernando Henrique. “Mas é hora de começar a construir essa candidatura. Eu não gosto de improvisos”, sentencia Dante de Oliveira, certo de que será seguida por muitos convencionais.

Na verdade, essa iniciativa de Dante passa pela avaliação — partilhada pelo comando partidário —, de que é hora de fortalecer o partido até para que ele possa relacionar-se de “igual para igual” com os demais parceiros da aliança que dá sustentação política ao governo. Os tucanos querem um partido “altivo” o suficiente para enfrentar os embates na base aliada e consideram Covas um contraponto de autoridade e li-

derança ao senador ACM. E ninguém aceita mais a idéia de abrir mão de poder dentro e fora do Congresso para atender aos apelos do presidente Fernando Henrique, sempre preocupado em atender os parceiros da aliança para garantir seu sucesso nas votações.

O drama do governo é que o movimento de independência do PSDB coincide com a movimentação dos governadores dos vários partidos da base, todos insatisfeitos com o socorro financeiro aos estados, anunciado na semana passada. Os aliados que criaram a Conferência Nacional dos Governadores e pretendiam se reunir no dia 12 de abril, em Sergipe, adiaram o encontro a pedido do próprio Fernando Henrique, mas já voltaram a conversar.

Em tempos de ajuste fiscal e CPIs, tudo o que o governo não queria era mais um fórum organizado para pressioná-lo. Só que o descanso dado ao presidente por conta das medidas para aliviar o aperto de caixa está com os dias contados. Governadores do PSDB, PMDB e PFL queixam-se de que as providências — como a reposição de perdas provocadas pelo Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) e pela lei Kandir, que desonera do ICMS as exportações de produtos primários e semi-elaborados — decepcionaram.

“A Lei Kandir não traz alívio algum ao meu estado, até porque querem devolver as perdas do último trimestre em 36 meses a partir do ano 2000”, diz o governador do Rio Grande do Norte, Garibaldi Alves Filho (PMDB). Cada governador está fazendo suas contas, mas a queixa geral é de que elas privilegiaram o Sul e Sudeste, em detrimento do Norte e Nordeste.